



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

08/12/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Nova frente de batalha de privatização da Sabesp será com prefeituras e câmaras

Uma nova frente de batalha se desenha após a Assembleia Legislativa de São Paulo aprovar a privatização da Sabesp: as discussões nos municípios com os quais a empresa tem contrato para operar os serviços de água e esgoto.

Com a autorização dada pelos deputados na última quarta-feira (6) para que o governo paulista se torne sócio minoritário na companhia, contratos de exploração do serviço com prefeituras pelo estado entram em xeque, já que muitos deles preveem rediscutir o acordo em caso de privatização.

É o caso de São Paulo, por exemplo. A lei que autoriza a celebração de um convênio com a empresa de saneamento estabelece que os contratos "serão automaticamente extintos se o estado vier a transferir o controle acionário da Sabesp à iniciativa privada."

A Câmara Municipal tem se mostrado reticente, mas uma manobra do prefeito Ricardo Nunes (MDB), aliado do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), facilitou a adesão da capital à Sabesp privatizada.

Em agosto, sem anúncio e cerimônia, Nunes incluiu a cidade em uma das chamadas Unidades Regionais de Abastecimento de Água e Esgotamento (Urae), que agrupa municípios em bloco. A ideia do governo Tarcísio é negociar com as cidades em grupo, não cidade a cidade, enfraquecendo o poder de barganha de cada município.

Mas a medida vai enfrentar forte resistência na Câmara, que não concorda com a interpretação. Isso porque só a capital responde por 45% do faturamento da empresa, e os vereadores querem influir na decisão dos novos contratos.

Para isso, não descartam a criação de uma nova empresa de saneamento, diz o vereador Sidney Cruz (Solidariedade), presidente da Comissão de Estudos sobre a Privatização da Sabesp.

"Na nossa avaliação, há necessidade de passar novamente pelo crivo da Câmara. Podemos aderir ou criar uma empresa de saneamento, por que não?", questiona. "Não é razoável acharem que a adesão da cidade [à privatização da Sabesp] será natural."

O atual acordo de operação da Sabesp em São Paulo foi assinado em 2010, com prefeitura, estado e Arsesp (agência reguladora) em conjunto. O contrato é válido por 30 anos, ou seja, até 2040, com possibilidade de ser prorrogado.

O cálculo é que perder o contrato de São Paulo reduziria em muito o poder da empresa de atrair investidores, e é com isso que os vereadores querem jogar. A comissão que Cruz coordena, no entanto, não é deliberativa, apenas consultiva.

O presidente da Câmara, Milton Leite (União Brasil), é uma das vozes mais poderosas na cidade a questionar a privatização. Ele defende que a cidade deve receber 55% do valor da venda das ações para aceitar a prorrogação do contrato de 2040 para 2060.

Já o governo questiona o poder de decisão da Câmara. "Por que a gente está discutindo mais com o Executivo, com as prefeituras? Porque é de fato, juridicamente falando, quem é o competente legal pelos contratos. Isso aí é uma questão constitucional", disse a secretária de Meio Ambiente, Natália Resende.

Mas a pressão não vem apenas da Câmara. O TCM (Tribunal de Contas do Município) tem feito coro à necessidade de garantir ganhos para a capital com a privatização.

No começo de novembro, o órgão enviou ofício à gestão Ricardo Nunes questionando se prefeitura tinha proposta de revisão de contratos em vigor e se havia levantado os investimentos necessários para a universalização do saneamento, entre outros pontos.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 08 de dezembro.

Dieese: cesta básica fica mais cara em nove capitais em novembro

O custo da cesta básica subiu em novembro em nove das 17 capitais brasileiras analisadas pela Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, divulgada mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

A maior alta registrada no mês ocorreu em Brasília, onde o custo médio da cesta básica subiu 3,06%. A maior queda foi registrada em Natal, com redução de 2,55%, seguida por Salvador, redução de 2,17%, Fortaleza, menos 1,39%, e Campo Grande, com menos 1,20%. Porto Alegre foi a única capital que não apresentou variação no custo da cesta.

A cesta mais cara do país foi encontrada em São Paulo, onde o conjunto dos alimentos básicos custava, em novembro, em torno de R\$ 749,28. Nas capitais do Norte e do Nordeste, onde a composição da cesta é diferente, os menores valores médios foram registrados em Aracaju, por R\$ 516,76; João Pessoa, R\$ 548,33, e Salvador, R\$ 550,86.

Com base no valor da cesta mais cara, o Dieese calculou qual seria o salário mínimo ideal no país para cobrir as despesas com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência. Segundo a entidade, o salário mínimo deveria ser de R\$ 6.294,71 ou 4,77 vezes o valor do mínimo atual, fixado em R\$ 1.320.

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 08 de dezembro.

Dieese critica volta da Carteira Verde e Amarela

A direita não descansa. E persiste. Uma das persistências é tentar, pela quarta vez, impor a Carteira Verde Amarela, que tem origem no Projeto de Lei 5.228, de 2019.

O Dieese alerta para os prejuízos trabalhistas com a Carteira de matriz bolsonarista. O site da entidade publica a Nota Técnica 279, que analisa a matéria (clique abaixo e leia).

Dia 21 de novembro, a Câmara apreciou proposta de substitutivo da deputada Adriana Ventura (Novo/SP) ao PL 5.228, do senador Irajá (PSD/TO), que institui o Contrato de Primeiro Emprego pra jovens entre 18 e 29 anos e o Contrato de Recolocação Profissional, pra pessoas com 50 anos ou mais. O PL ficou conhecido como Carteira Verde e Amarela.

A Nota Técnica alerta: “O PL favorece os empregadores, reduzindo direitos. Ainda que apresente menos isenções que nas versões passadas, tem impacto nas contribuições previdenciárias e Fundo de Garantia. Como contrapartida à contratação desses jovens, os empregadores terão reduzida a alíquota do FGTS. Assim: 2% pra microempresa; 4% pra empresa de pequeno porte, entidade sem fins lucrativos, entidade filantrópica, associação ou Sindicato; 6%, demais empresas. A contribuição à Seguridade Social também será de 10%, à exceção dos microempreendedores individuais e empresas optantes pelo Simples Nacional”.

Repúdio – Por agravar a precarização no trabalho, a Carteira Verde e Amarela é repudiada pelo conjunto do sindicalismo. Para o Dieese, essa precarização pode levar a empresa a trocar o trabalhador experiente pelo jovem iniciante, dada as vantagens salariais e fiscais.

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 08 de dezembro.

Mercado de trabalho no Brasil hoje vive à margem da CLT

Desta massa de gente trabalhadora, 44 milhões têm trabalho formal, com carteira assinada ou com contrato de trabalho. Outros 40 milhões estariam na informalidade, ou seja, não têm nem contrato nem o CNPJ de suposto empreendedor, mas dão o duro fazendo bicos ou vivendo de expediente.

Os simplesmente desempregados estariam em torno de 8 milhões. Perpassando todos estes grupos haveria ainda 25 milhões de trabalhadores por conta própria, sejam eles autônomos, empresas unipessoais ou outro tipo de trabalhador sem relação regular de emprego.

Todos estes dados são do IBGE e estão relacionados tanto ao mercado de trabalho real existente hoje no Brasil quanto à principal matéria jurídica que está sendo discutida na Justiça hoje, que é a relação de trabalho ou o vínculo de emprego.

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 08 de dezembro.